

Orçamento Geral da União e o Privilégio dos Gastos com o Sistema da Dívida

Caroline Santos Silva

De acordo com o geógrafo Milton Santos, no texto “As cidadanias mutiladas”, a democracia só é efetiva quando atinge a totalidade do corpo social, ou seja, na medida em que os direitos são universais e desfrutados por todos os cidadãos. Entretanto, essa democracia também defendida na Constituição Cidadã de 1988 não foi alcançada, visto que o modelo econômico brasileiro favorece políticos, banqueiros e privilegia o sistema da dívida pública, enquanto direitos básicos como saúde, segurança, educação e trabalho não são realidade de todos os brasileiros. Esse problema é motivado, principalmente, pela negligência governamental e pela má influência da mídia.

Convém ressaltar, a princípio, que a negligência governamental para com as necessidades básicas da população é um fator determinante para a persistência do problema que só vem crescendo ano após ano. O governo tem uma clara preferência por políticas públicas de concentração de renda, que favorecem a perpetuação da dívida pública. Isso fica mais visível ainda quando, em 2016, foi aprovado a Emenda Constitucional nº 95, na qual não foi estabelecido teto algum para os gastos da dívida pública, mas para os gastos estruturais determinou um teto limitado. Os impostos e outras receitas arrecadadas pelo Brasil têm vários destinos, entre eles o pagamento da dívida pública. Dívida essa que deveria ser feita para conseguir, por exemplo, investimentos para a construção de prédios públicos, implementação de projetos ou despesas emergenciais, assegurando projetos que darão retorno de médio ou longo prazo para o corpo social brasileiro, porém, isso não acontece, pois existem esquemas de corrupção, desvio de dinheiro público mal investigados envolvendo alguns contratos e compras e também vários mecanismos do Sistema da Dívida que retroalimentam a própria dívida. Nesse sentido, há uma restrição de recursos direcionados para a qualidade de vida populacional, que resulta em cenários extremos como o noticiado na capa da “Revista Extra”, Rio de Janeiro em 2021, onde pessoas vão atrás de ossos, pelancas e gorduras que sobram nos supermercados para se alimentar, enquanto os “bolsos dos governantes” e dos rentistas enchem de dinheiro público, o povo não tem o mínimo.

Outro aspecto a ser considerado é o papel da mídia e sua influência no corpo social. Muitas vezes a política pública é mostrada nas grandes mídias como bilateral, se você discorda de algo é porque é apoiador do outro partido, é comunista, se concorda é nazista, esse joguinho de extremos acaba cansando a coletividade e as tirando do real foco para entender a realidade da política. Segundo o irlandês Oscar Wilde "a insatisfação é o primeiro passo para o progresso de um homem ou nação", trazendo para o contexto da nossa sociedade, com uma mídia partidária, sensacionalista e com falta de transparência jornalística. Como a população vai entender como funciona o sistema econômico brasileiro, os modelos tributários, para onde vai o dinheiro dos tributos, os meios de promover mudanças socioeconômicas, como o corpo social vai ter a insatisfação informada e com ação sobre algo que não conhece? Uma movimentação quase que impossível. Isso faz com que o Estado continue o mesmo, um país democrático apenas no papel.

A partir disso, vemos os impactos da falta de transparência e fica clara a necessidade de intervir. É indispensável que o Ministério da Economia juntamente com Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) realizem anualmente uma auditoria da dívida pública com participação da sociedade, onde ficará claro a todo o círculo social a movimentação desse dinheiro e dívida, dificultando assim o acobertar de fraudes e desvio de verbas, também deixando mais claro em quais questões a comunidade brasileira deve pressionar os governantes para que haja mudança, fazendo assim mais próximo um Brasil igualitário, agora não mais apenas no papel.